

CRÉDITO E CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NA COLÔNIA: O CASO FLUMINENSE, 1650-1750

Antonio Carlos Jucá de Sampaio*

Resumo: A análise dos mecanismos creditícios existentes no Brasil-colônia constituiu-se no objeto de alguns trabalhos recentes sobre a história econômica do período. Embora o número ainda reduzido dessas pesquisas dê ao nosso conhecimento sobre o tema um caráter lacunar, é indubitável que diversos aspectos desses mecanismos começam a ser conhecidos, tais como: o papel do crédito na sociedade colonial, o fluxo creditício em certas regiões e períodos, os distintos graus de concentração dos mercados de crédito etc. O quadro geral que emerge destes estudos demonstra que o crédito estava longe de ser somente um aspecto “lateral” da economia colonial. Pelo contrário, ele era fundamental no estabelecimento de relações entre indivíduos e, no plano macro, entre as diversas regiões do império português. Mais ainda, ele criava relações de subordinação entre esses indivíduos e regiões, contribuindo assim para a formação e consolidação das hierarquias sociais.

Nossa proposta, com este trabalho é ir um pouco além dessas constatações: considerando que o crédito é uma das formas que assume a circulação monetária, mas que não se confunde com esta, buscaremos analisar as condições gerais em que se dava essa mesma circulação, para a partir daí compreender o papel do crédito no seu interior.

Palavras-chave: circulação monetária, moeda, crédito, economia colonial.

Introdução

Estudar, ou ao menos tentar estudar, a circulação monetária na economia colonial pode ser considerado uma temeridade. O historiador que quiser se dedicar ao tema se deparará com a absoluta ausência de obras dedicadas ao mesmo de forma exclusiva. É claro que isso não significa que ele não tenha sido abordado, mas tal abordagem é feita quase sempre de uma forma que poderíamos chamar de residual.

A exceção a esse quadro encontra-se no estudo dos sistemas creditícios da América portuguesa. Alguns trabalhos recentes têm nos permitido conhecer de forma mais aprofundada tais sistemas¹. Apesar de ainda poucos, esses trabalhos já apontam para o fato de que o crédito, longe de

* Professor Adjunto da UFOP e da UERJ.

¹ FLORY, Rae Jean Dell. “Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725.” Austin, University of Texas, 1978 (Tese de doutorado); FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992; _____. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993; OSÓRIO, Helen. “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.” Niterói, UFF, 1999 (Tese de doutorado); SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)*. in: *Estudos Históricos*, nº 29. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002, p. 29-49; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. “Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822”. Niterói: UFF, 2001 (Tese de doutorado); GODOY, Silvana. “Itu e Araritaguará na rota das monções (1718 a 1838)”. Campinas: Unicamp, 2002 (Dissertação de mestrado); Hamaister, Martha D. “O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes, c.1727 – c.1763”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de mestrado).

ser um aspecto lateral da economia colonial, constituía-se de fato num dos pilares dessa mesma economia.

Entretanto, a circulação monetária não se confunde com o crédito. E isso não só porque há outras formas de circulação mas também porque o crédito nem sempre envolvia, na sociedade colonial, a transferência de moedas entre indivíduos. Muito frequentemente o crédito circulava na forma de mercadorias que eram concedidas contra um pagamento futuro². Como veremos mais abaixo, esse é de fato um dos elementos chaves para se compreender a forma como se dá a circulação monetária na economia colonial.

Logo, para se conhecer a forma como se estabelece a circulação monetária na economia da América portuguesa é preciso ir além dos mecanismos creditícios. Não no sentido de negar sua importância, mas de inseri-los num contexto mais amplo.

As moedas do Brasil colonial

Não é pretensão desse texto discutir as moedas metálicas que tiveram curso no período colonial³ ou, muito menos, realizar uma discussão prolongada sobre o conceito de moeda⁴. A pretensão é, de fato, bem menor: o que se quer é analisar os diversos tipos de moedas, metálicas ou não, que circulavam na América portuguesa, e ver de que maneira suas características marcavam o seu próprio processo de circulação.

Em primeiro lugar, a moeda metálica. Sua escassez na segunda metade do século XVII é evidente, não só na capitania fluminense como em toda a América portuguesa e mesmo na metrópole⁵. Em grande parte, essa escassez devia-se ao fim da União Ibérica (e, portanto, do acesso fácil à prata da América espanhola) e à carência de uma produção significativa no interior do império luso. A causa principal dessa carência de metais preciosos residia, contudo, no déficit comercial de Portugal com o resto da Europa e com o Oriente, déficit este que precisava ser coberto com os mesmos.

Por outro lado, é verdade que o fim da União Ibérica não significou o fim das relações entre as duas partes da América ibérica⁶. No que se refere à capitania fluminense a nossa documentação,

² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Na curva do tempo, na encruzilhada do império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c.1650 – c. 1750).” Niterói: UFF, 2000 (Tese de doutorado), cap. 5.

³ Para os tipos de moedas metálicas que circulavam no Brasil, ver: SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500 – 1820*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 464.

⁴ A esse respeito, ver: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na História (1450 – 1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, cap. 1.

⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Na curva do tempo...”, p. 140-143.

⁶ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988, capítulos IV e V.

embora esparsa, parece mostrar que essa ligação continuou existindo nesse período, ainda que com uma periodicidade desconhecida. Em 1664, por exemplo, um ofício do Conde de Óbidos ao governador Pedro de Mello recomendava que os navios chegados do Rio da Prata fossem bem recebidos, por sua prata ser fundamental para cobrir as carências do Brasil no que se refere aos metais preciosos⁷.

Já em 1673 o governador-geral Afonso Furtado de Castro de Mendonça escrevia ao Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro instruindo-lhe acerca do dinheiro resultante da cunhagem da moeda vinda da mesma região, o que indica a existência então de um fluxo razoavelmente constante, a ponto de reunir um número considerável de moedas que permitisse o aproveitamento das mesmas⁸.

No entanto, esses contatos eram insuficientes para suprir a carência de metais, tanto na colônia quanto na metrópole. O resultado é que na segunda metade do seiscentos assiste-se a uma autêntica corrida atrás de metais preciosos. Mesmo após a fundação de Sacramento (tentativa evidente de ter acesso à prata espanhola via contrabando) a coroa portuguesa ainda incentivava a descoberta de minas pelos colonos. Assim, em 1690 ela concedeu ao governador do Rio de Janeiro o direito de oferecer honras e privilégios aos paulistas que descobrissem minas de ouro ou prata⁹.

Esses esforços fizeram-se sentir também na capitania fluminense. No final da década de 1650, por exemplo, Salvador Correia de Sá organizou uma expedição em busca da famosa *Sabarabuçu*, a lendária Serra das Esmeraldas¹⁰. Ainda em 1675 o rei ordena ao governador que entregue ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo, José Gonçalves de Oliveira, os índios necessários ao descobrimento dessa mesma serra¹¹.

O Rio de Janeiro também sofria as conseqüências do seu caráter relativamente periférico no interior da América portuguesa durante a maior parte do século XVII. A esse respeito, uma carta escrita pelos oficiais da Câmara ao Rei em 1676 é exemplar¹². Nela, os edis cariocas reclamam do fato das frotas do Rio de Janeiro pararem na Bahia antes de retornarem ao reino, o que provocava uma sangria considerável de moedas na capitania fluminense. A solução era que os navios saídos do Rio fossem direto para o reino, porque em caso contrário “*em breves anos não haveria moeda naquela praça*”.

⁷ BN, Ms. 7, 1, 28, n. 32 (07/04/1664).

⁸ BN, Ms. 7, 1, 28, n. 260 (13/09/1673).

⁹ HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco, 1668-1703*. Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 246. (ver nota 66).

¹⁰ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo, Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973, pp. 309-316. Ver também: COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século dezessete*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, pp. 156s.

¹¹ AN, Coleção Secretaria de Estado do Brasil, Códice 952, Vol. 1, p. 200 (Carta Régia de 05/12/1675).

¹² IHGB, Arq. 1,1,22, p. 40.

Essa correspondência mostra claramente a existência de uma relação comercial deficitária do Rio de Janeiro em relação à capitania baiana. A escala dos navios da frota carioca na Baía de Todos os Santos significava a transformação desta em efetivo entreposto entre o reino e a capitania fluminense. De certa forma, a Bahia parece desempenhar então o papel que seria do Rio de Janeiro em relação a Minas Gerais no século seguinte. A gravidade da situação exposta pela Câmara estava no fato de que esse déficit era coberto pelo envio de moeda metálica. Devemos lembrar que, em caso de uma relação direta com o reino, a capitania podia pagar suas compras com o açúcar que produzia, mas para os comerciantes baianos, localizados na principal capitania açucareira do período, tal produto não possuía quaisquer atrativos.

O interessante é que nessa mesma correspondência os camaristas cariocas revelam que o rei já havia dado a ordem para que a frota local não se dirigisse a Salvador, ordem que no entanto não foi obedecida. Essa desobediência, além de apontar para os limites da atuação da coroa no ultramar, demonstra que os laços que uniam as duas capitanias eram sólidos, e que sem dúvida nem todos os habitantes da urbe carioca compartilhavam o ponto de vista da Câmara.

Entretanto, mesmo o comércio com a metrópole podia ser um importante escoadouro de moeda metálica. Isso ocorria sobretudo quando a conjuntura se mostrava desfavorável ao açúcar. Nessas ocasiões os mercadores exigiam que as compras fossem saldadas em dinheiro sonante. Tal aconteceu, por exemplo, em 1681.

Nesse ano, o Mestre de Campos Pedro Gomes, então governando a capitania, escreveu ao rei para informá-lo das dificuldades de se cumprir uma provisão de 1679 que ordenava que se fizesse a marcação das patacas e meias patacas, cujos valores passariam, respectivamente, de 600 para 640 réis e de 300 para 320 réis ¹³. Os donos das moedas ficavam obrigados a pagar à coroa a diferença de valor. Contudo, o açúcar teve

“tão má saída que acharam os mercadores que era menos a perda nos 2 vinténs [40rs.] que perdiam em cada pataca que a que tinham no dito açúcar, e que a este respeito ficaram as praças daquele Estado muito faltas de dinheiro, como de presente estavam”¹⁴.

O resultado final era a impossibilidade de se cumprir a provisão sem grave prejuízo da Fazenda Real, *“por não ter entrado naquela cidade moeda alguma por cunhar”* ¹⁵.

¹³ AHU, CA, doc. 1427.

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

Em 1686 tudo se agrava. Nesse ano a Espanha realiza uma desvalorização de 20% na sua moeda, o que aumenta a saída de ouro e prata de Portugal. Para estancar a sangria, o reino luso vê-se obrigado, dois anos depois, a desvalorizar sua moeda na mesma proporção¹⁶.

Se a desvalorização mostra-se positiva para a metrópole, ela agrava ainda mais a situação na sua colônia americana. Estruturalmente, o caráter deficitário do comércio da América portuguesa com a metrópole já representava uma saída constante de metais preciosos. Com a desvalorização da moeda esse fluxo se agravou. As reclamações originadas de toda a colônia eram intensas¹⁷. Os protestos da Câmara do Rio de Janeiro foram constantes, até que em 1691 a coroa finalmente desvalorizou a moeda colonial para que acompanhasse a de Portugal¹⁸. Essa medida gerou algum alívio, mas nem de longe resolveu o problema da escassez crônica de moedas na colônia. Essa solução só viria com a descoberta das áreas de mineração no interior da colônia.

Tamanha escassez de moeda metálica acabou por gerar moedas substitutas, produtos de grande circulação que, na falta do dinheiro sonante, ocupavam o seu lugar. O mais importante desses substitutos foi, sem sombra de dúvida, o açúcar. Sua utilização como moeda é uma constante na documentação seiscentista. Assim, vê-se que em 1655 o governador D. Luís de Almeida referia-se à utilização do açúcar como moeda, dada a falta desta¹⁹. Duas décadas depois, os moradores da capitania ainda consideravam necessário pedir ao rei que o açúcar circulasse como dinheiro, novamente por causa da falta de moeda sonante. Também requeriam, e este deve ser o principal motivo de tal requisição, que os credores fossem obrigados a aceitar o pagamento das dívidas em açúcar, “*pelo preço que valer geralmente na frota de tal ano em dinheiro de contado*”²⁰. Além disso, o açúcar aparece constantemente nas escrituras do século XVII como meio de pagamento, sobretudo nas vendas rurais²¹.

Outros produtos também eram utilizados, ainda que de forma bem menos ampla, como meios de pagamento. Os tecidos de algodão eram freqüentemente dados em pagamento aos índios nos trabalhos que realizavam fora de suas aldeias²². Também eram utilizados como parte do pagamento do contrato dos dízimos²³. Já a farinha de mandioca²⁴ e a cachaça²⁵ foram empregadas

¹⁶ HANSON, Carl. *op. cit.*, p. 175-176.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 242-243.

¹⁸ COARACY, Vivaldo., *op. cit.*, p. 216.

¹⁹ LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Seignet-Plancher, 1834, vol. III, p. 247.

²⁰ AN, Coleção Secretaria de Estado do Brasil, Códice 952, Vol. 2, p. 29 (Carta Régia de 06/06/1677).

²¹ Ver, por exemplo: CPON, L. 58, f. 143v, 1692 (venda de um engenho de açúcar de José Gomes Silva para João Pimenta de Carvalho).

²² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português”. Campinas: Unicamp, 2000, cap. IV.

²³ SALVADOR, José G. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 174.

²⁴ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “*Na curva do tempo...*”, p. 58-59.

como moeda de troca no tráfico atlântico de escravos, mas não há notícia de sua utilização como meio de pagamento no interior da capitania.

É importante ressaltar que essas “moedas substitutas”, como as chamei, tinham unicamente a função de meio de pagamento alternativo. Isso quer dizer que elas jamais foram utilizadas como unidade de conta. Ou seja, não se trocava um engenho ou um sobrado na cidade, por exemplo, por um certo número de arrobas de açúcar. O valor era sempre calculado em mil-réis, o que fazia com que a quantidade de açúcar (ou outro meio de pagamento alternativo) a ser entregue ao vendedor dependesse da cotação que esse alcançasse no momento do pagamento, que coincidia com a presença da frota no porto carioca, quando as cotações eram então definidas. Logo, esses produtos não podem ser considerados como moedas em sentido estrito, já que uma das funções da moeda é exatamente a de servir como medida de valor, ou seja, um índice de comparação entre os bens de intercâmbio.

O quadro muda radicalmente no século XVIII. A descoberta do ouro no interior da América portuguesa e a crescente vinculação dessas áreas ao porto carioca mudou radicalmente a oferta de moeda no interior da capitania. As descrições sobre a riqueza da capitania (e a vinculação desta com o ouro) se multiplicam. Bom exemplo nos é dado por Rocha Pita, ao comparar as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais:

*“O mais ilustres dos 3 é o do Rio de Janeiro, (...) pela sua Casa da moeda, que incessantemente labora, fazendo correr para todas as partes sólidas torrentes de ouro,(...) e finalmente pela grandeza do seu porto, aonde vão numerosas frotas todos os anos a buscar gêneros de todas aquelas praças, e levar as mercadorias que por elas trocam, as quais despachadas no Rio de Janeiro, se encaminham às outras povoações do sul.”*²⁶

Também a prata torna-se abundante, graças ao contrabando via Colônia de Sacramento²⁷. Toda essa abundância produz, é claro, um desaparecimento das “moedas substitutas”, que já não são necessárias no quadro atual. Os pagamentos agora são feitos com “dobrões”, “meios dobrões”, “moedas de ouro” ou, quando menos, patacas de prata. Como no caso do terreno que o mestre pedreiro José Pereira Machado vendeu a Amaro Luís de Amorim em 1740. O valor total foi de

²⁵ CURTO, José C. “Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703.” In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, pp. 69-98.

²⁶ ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976 (edição original de 1730), p. 67. Para uma análise mais detalhada do papel do Rio de Janeiro no interior do império lusitano no período, ver: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “*Na curva do tempo...*”, cap. 3.

130\$000 e o pagamento foi em "*moedas de ouro correntes deste Estado*"²⁸. Da mesma forma, a alforria da pardinha Ana foi paga por sua mãe com "*15 doblas*"²⁹.

Esse novo quadro é resultado de um enorme crescimento do grau de mercantilização da sociedade fluminense no setecentos. Tais transformações provocam reflexos inevitáveis nas próprias estratégias de reprodução social, que se tornam cada vez mais vinculadas ao mercado³⁰.

A circulação monetária

Feita a apresentação sumária das moedas, ou melhor, dos meios de pagamento existentes no Rio de Janeiro colonial, cabe a pergunta: mas, afinal, como se dava a circulação dessas moedas? Em outras palavras, não é suficiente sabermos que elas existiam. É preciso também compreender de que forma se dava a sua circulação social. Ou seja: afinal, quem tinha acesso a tais moedas?

Ruggiero Romano, num brilhante texto sobre a circulação de metais preciosos na América Espanhola, chama a atenção para o fato de que, seja na América, na Europa ou em qualquer outro lugar, não havia uma única circulação de moedas, mas várias, cada uma ligada a um nível social diferente³¹. Seguindo essa pista, podemos começar a analisar como essas circulações se davam no Rio de Janeiro colonial.

Podemos começar falando de uma ausência, bastante clara tanto para o século XVII quanto para o seguinte: a da moeda de cobre. Em outras palavras, da moeda de pequeno valor, destinada às compras do dia-a-dia e aos indivíduos mais pobres da sociedade. Em 1644, quando os oficiais da câmara pedem à coroa a cunhagem de moedas na cidade e a aplicação de seu rendimento na construção da fortaleza da Lage, as moedas cuja produção é solicitada são de prata, patacas e meias patacas³². Pouco mais de uma década depois, a decisão da coroa de proibir a circulação de moedas de prata espanholas provoca uma crise na praça carioca, pois estas compunham quase a totalidade do meio circulante local³³. Em 1681, como vimos, o aumento do valor das moedas refere-se somente às de prata.

Curiosamente, é a mesma Câmara, geralmente tão desinteressada das moedas de pequeno valor, que nos dá notícias sobre a carência das mesmas. Em 1654, ela pede à coroa que autorize a

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 176.

²⁸ CSON, L. 53, f. 5v, 1740.

²⁹ CSON, L. 54, f. 189v, 1742.

³⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "*Na curva do tempo...*", cap. 6.

³¹ ROMANO, Ruggiero. "Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial". *in*: BONILLA, Heraclio (Ed.) *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 239-280.

³² AHU, CA, doc. 315. (1644).

³³ COARACY, Vivaldo. *op. cit.*, p. 152.

cunhagem de moedas com o ouro extraído das minas de São Paulo e a licença para cunhar dois ou três mil cruzados em moedas de cobre que corresse só no Rio de Janeiro e na capitania vicentina³⁴. No entanto, é de 1678 o documento em que a Câmara melhor detalha a carência das moedas de cobre na praça carioca³⁵. Em representação escrita ao rei, seus oficiais pedem uma confirmação de uma permissão régia de 1658 para que corresse na capitania moedas de dez e cinco réis, “*atendendo elas à grande diminuição que ali há de moeda de prata (...) porque a menor que corre é de 80 réis, causa de perecer a pobreza e enriquecerem os vendilhões*”.

Pedem ao rei que envie pela Companhia Geral

*“cinco ou seis mil cruzados nesta moeda ao administrador, para que ele os entregue naquele Senado (...) e a Câmara os trocará pelos moradores pro rata conforme seus cabedais, com o que virão a lograr a tranqüillidade de com vinte réis se poder comprar qualquer coisa, o que ao presente não podem fazer”*³⁶.

O que dizer dessa carta? Em primeiro lugar, é preciso que se reconheça que o diagnóstico dos membros da Câmara estava correto: sem dúvida, quem mais sofria com a falta de moedas de pequeno valor eram os mais pobres, que tinham enormes dificuldades para realizar suas operações cotidianas. No entanto, para entendermos o real significado da carta, é necessário lembrarmos de outra, de apenas dois anos antes, em que a mesma Câmara reclama da evasão de moedas em direção à Bahia³⁷. Além disso, três anos após essa carta o governador escreve à coroa relatando a carência de moedas de prata na capitânia³⁸. Em outras palavras, toda essa documentação demonstra que a capitania encontrava-se numa autêntica crise monetária, com uma escassez constante de metálico.

Portanto, o envio de moedas de cobre não visava atender aos pobres, cuja citação visa muito provavelmente sensibilizar a coroa. Isso fica claro quando os autores da carta falam em trocar as moedas com os moradores “*conforme seus cabedais*”. Essa expressão é dúbia, pois pode indicar, por exemplo, a troca de moedas de prata pelas de cobre. Contudo, é pouco provável que alguém se dispusesse a trocar moedas fortes, de prata, por outras de cobre. Por isso, é quase certo que os “cabedais” a que o texto se refere seja o açúcar. Em outras palavras, a Companhia pagaria o açúcar que adquirisse com moedas de cobre, ajudando assim a irrigar a economia da capitania. Logo, o fluxo monetário concentrar-se-ia nas mãos dos produtores de açúcar (senhores de engenho e

³⁴ COARACY, Vivaldo. *op. cit.*, p. 150.

³⁵ IHGB, Arq. 1,1,22, p. 55.

³⁶ *Idem, Ibidem.*

³⁷ Ver nota 12.

³⁸ Ver nota 13.

proprietários de partidos de cana) e dos comerciantes que o comercializavam. Só de maneira muito indireta chegaria aos mais pobres, se chegasse.

Por outro lado, é interessante pensar porque a elite colonial fluminense, representada pela Câmara e sem dúvida a grande beneficiária dessa operação, desejaria receber desvalorizadas moedas de cobre. Em primeiro lugar, devemos lembrar que a troca de açúcar por moeda proposta seria “pro rata”, ou seja, pela cotação oficial. Esse é um ponto de grande importância, pois segundo Fernand Braudel os valores reais em que eram feitas as trocas de moedas de prata e ouro pelas de cobre não correspondiam às cotações oficiais³⁹. Neste aspecto, portanto, a elite local encontrar-se-ia resguardada. Quanto ao interesse em si por tais moedas, encontramos a razão do mesmo na “*tranqüilidade de com vinte réis se poder comprar qualquer coisa*”. Ou seja, elas destinavam-se ao comércio local, miúdo, permitindo assim que as moedas de maior valor fossem direcionadas ao comércio de longo curso, fosse com o reino ou com a Bahia. Curiosamente, é exatamente a produção de “moeda miúda” que o banqueiro português Issac de Pinto propõe à Inglaterra como solução para a crônica falta de numerário desta⁴⁰.

Toda essa digressão serve-nos para entender o cálculo econômico da elite, mas o fato concreto é que as moedas de cobre não chegaram. A carência, ou melhor a ausência, continuou. O último documento que encontramos relatando a carência da moeda de cobre é de 1700. Nele, o governador Artur de Sá e Menezes relata

“o miserável estado em que se acha aquela cidade e recôncavo com a falta da moeda de prata e miúdos para o governo comum do povo, havendo somente a de ouro, por a de prata ter ido a São Paulo em razão dos paulistas a troco dela venderem o ouro mais barato, e para se pagar à infantaria causava excessivo trabalho, por não se poder pagar senão com moedas de ouro, ajustando-se a três e a quatro soldados, tendo nisso prejuízo certo, porque em cada moeda que trocavam perdiam uma pataca, por não haver quem quisesse trocar ouro por prata sem esse avanço, o que poderia ficar remediado sendo Vossa Majestade servido mandar que o dinheiro que levam as naus da junta(...) seja em moedas (...) de cobre até se transportarem naquela praça vinte até trinta mil cruzados. Entendia que se Vossa Majestade não acudia (sic) com este remédio, que em termo de dois anos se acharia aquela cidade sem moeda de prata de algum gênero”⁴¹

³⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 374.

⁴⁰ *Apud* BRAUDEL, Fernand. op. cit., p. 377.

Esse documento é o último que encontrei até agora⁴² relatando a carência de moedas de valor menor. A partir daí há um silêncio total das fontes sobre o tema. Tanto as escrituras (de compra e venda, alforria, arrendamento etc.) quanto a documentação oficial estão cheias de referência a moedas de ouro e prata, mas jamais de cobre. Os dados esparsos já coletados sobre a produção da Casa da Moeda também só se referem a ouro e, indiretamente, à prata⁴³. Busquemos agora entender esse silêncio.

Em primeiro lugar, o que o quadro esboçado acima nos mostra é a existência de uma ausência estrutural de moedas de baixo valor na capitania fluminense. O interessante é que essa ausência dá-se tanto na segunda metade do século XVII, quando a carência de metais preciosos de qualquer valor é geral na capitania, quanto no século XVIII, em que essa carência já não se verifica, pelo menos no tocante ao ouro. Ela independe, portanto, da produção de metais preciosos. Esse contexto é por demais semelhante ao encontrado por Ruggiero Romano na América espanhola⁴⁴ e nos leva à pergunta: afinal, a quem interessava tal carência?

A resposta está nos destinatários finais das moedas existentes: os comerciantes. E não quaisquer comerciantes, mas sim aqueles que se dedicam ao comércio de longo curso, seja ele para a metrópole, a Bahia ou a África. Em primeiro lugar, porque eles estão em condições de exigir que o pagamento das mercadorias por eles trazidas fosse feito em dinheiro. É bem verdade que no seiscentos esse pagamento era feito com grande frequência em açúcar, o que reduzia a necessidade de envio de moeda metálica. Sem dúvida que esse era um mecanismo compensatório essencial. Dificilmente a economia fluminense teria sobrevivido sem ele por um longo período. Entretanto, também viu-se que os negociantes podiam, quando lhes fosse interessante, fazer suas cobranças em metálico. Dessa forma, o domínio que eles possuíam sobre a estrutura de comercialização permitia-lhes dar as cartas nas relações com os demais grupos da sociedade colonial.

Esse acesso privilegiado à moeda dava ao mercadores uma outra vantagem: a possibilidade de lucrar com a própria escassez de metálico. Exemplos nesse sentido aparecem nos textos citados. Na representação da Câmara de 1678, seus oficiais informam que a escassez de prata enriquecia “*os vendilhões*”. Impossível não enxergar aí os mercadores que apenas dois anos antes foram acusados de enviar a prata local para a Bahia. No entanto, é na carta de Artur de Sá e Menezes que fica claro o lucro que os mercadores auferiam do controle sobre a moeda metálica. O fato de que concentrassem em si a pouca moeda de prata existente permitia-lhes fazer a troca do ouro por esta

⁴¹ IHGB, Arq. 1,1,22, p. 389v.

⁴² Lembro que essa pesquisa ainda está em andamento.

⁴³ Ver, por exemplo: AHU, CA, docs.: 3.099, 9.746 e 14.663. Ver também: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “*Na curva do tempo...*”, cap. 3.

⁴⁴ ROMANO, Ruggiero. “Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial”. in: BONILLA, Heraclio (Ed.) *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 239-280.

num câmbio bastante vantajoso, superior à cotação oficial. Vemos então que a observação de Braudel acerca da circulação monetária na Europa vale também para a América portuguesa colonial.

Exemplo ainda mais claro desse lucro está em uma correspondência de meados do século XVII⁴⁵. Nesta carta, endereçada a Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o então governador da capitania fluminense defende a produção de aguardente local, que havia sido proibida pela coroa com estímulo de Benevides.

Segundo D. Luís de Almeida o aguardente era fundamental à manutenção dos engenhos devido à facilidade de sua comercialização, pois “*com o açúcar não há sempre quem o compre, e a aguardente não falta quem a gaste*”⁴⁶. Segundo ele, o açúcar não podia portanto substituir adequadamente o aguardente como meio de pagamento devido à

*“pouca estimação dele [açúcar] , por falta do dinheiro com que se compra (...) pois estamos vendo que quando se acha quem comumente pague o açúcar a 12 tostões para pagamento, com que possam suprir aos mercadores nesta, levantar os preços para o desempenho das dívidas com que se acham onerados, não acham quem lhes dê de contado, e quando os pagamentos são de 12, a dinheiro não passa de 7 (...).”*⁴⁷

O texto deixa claro uma importante consequência da carência de moeda metálica: a existência de um “cupom cambial” para aqueles que quisessem receber em dinheiro o pagamento do açúcar vendido. Aqueles que quisessem receber dinheiro em troca do seu açúcar receberiam somente 58% do valor recebido por aqueles que entregassem o açúcar em pagamento de dívidas. Em outras palavras, para os que quisessem sair de uma economia de troca⁴⁸ para a economia monetária em sentido estrito havia um elevado preço a se pagar. O mesmo processo ocorre na América espanhola, o que leva Romano a concluir:

“É fácil passar da esfera monetária para a natural e é nesta passagem que os abastados realizam seus benefícios (dos menores aos maiores). Entretanto o caminho inverso é muito mais difícil (quase impossível): é preciso pagar um ticket de entrada muito caro. A diferença de voltagem entre as duas economias permite passar de cima para baixo. Mas o contrário, repito, é muito difícil”.⁴⁹

⁴⁵ LISBOA, Baltazar da Silva. *op. cit.*, tomo III, p. 243-248. A carta é de 1655.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 248.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 247.

⁴⁸ Que Ruggiero Romano prefere chamar de economia natural: ROMANO, R. *op. cit.*

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 273.

Na comparação com o Rio de Janeiro colonial, fica claro que é necessário matizar o ponto de vista de Romano. Na América espanhola a economia natural (para usarmos a expressão do autor) era fardo quase exclusivo da população mais pobre, sobretudo indígenas e mestiços enquanto a economia monetária era apanágio dos afortunados. Na capitania fluminense, pelo contrário, o principal artigo dessa “economia natural” era produzido pelos membros da elite colonial. Esse fato faz com que intervenha a política nessas relações econômicas. Ou seja, não é por acaso que a Câmara pressiona a coroa em diversos momentos por soluções que amenizem a carência de moedas e, com isso, permitam uma relação mais equilibrada entre os membros dessa elite e os comerciantes. Exemplo desse tipo de atuação vimos acima, quando a Câmara escreve ao rei pedindo que o açúcar seja aceito como moeda para pagamento das dívidas⁵⁰. Essa capacidade de pressão sem dúvida reduzia, embora não eliminasse, os prejuízos advindos do monopólio das moedas pelos comerciantes. Além disso, é importante lembrar que boa parte da elite colonial fluminense no seiscentos tinha sua origem no comércio, não havendo então de fato uma separação entre elite agrária e elite mercantil⁵¹. Logo, para pelo menos parte da mesma o que era retirado por uma mão era repostado pela outra.

Ainda resta saber qual era a moeda da população mais pobre, já que não havia aqui a chamada “moeda da terra”, presente na América espanhola⁵² e lá utilizada exatamente por esses extratos mais baixos da população. Aqui, até onde pudemos perceber, a população como um todo, e não só os mais pobres, lidou com a falta de moeda através do sistema de contas-correntes, ou seja, de endividamento. As aquisições de mercadorias, pelo menos aquelas do cotidiano, eram feitas quase sempre a prazo, e saldadas de tempos em tempos. Esse sistema permitia que o pagamento fosse feito em mercadorias produzidas pelo devedor ou, o que devia ser bem mais difícil, em moedas, quando o devedor conseguia ter acesso a elas. É importante lembrar que dado o caráter geral do endividamento nessa sociedade, mesmo indivíduos de extratos mais baixos, como artesãos, eram freqüentemente credores de outrem, por serviços realizados e não pagos⁵³. Quando tais pagamentos eram realizados é possível que, dado o seu valor mais elevado, eles fossem feitos em metálico.

No século XVIII, apesar da abundância de moedas de ouro e secundariamente de prata, o panorama geral não se altera em demasia. De fato, apesar das “torrentes de ouro” descritas por

⁵⁰ Ver nota 20.

⁵¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de “*Na curva do tempo...*”, cap. 1.

⁵² A “moeda da terra” era sempre um produto mais ou menos característico de cada país: cacau no México, coca no Peru etc. Ver: ROMANO, R. *op. cit.*, p. 248.

⁵³ BARRETO, Daniela Santos. A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690 - c.1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de mestrado).

Rocha Pita, a moeda circula num só sentido, ou seja, das áreas mineradoras para o Rio de Janeiro, ou melhor dizendo, para a elite mercantil carioca. Neste sentido, o quadro apontado por Artur de Sá e Menezes para a passagem do século XVII para o XVIII repete-se durante todo o seguinte.

Neste sentido, um dos grandes erros de parte de nossa historiografia é, sem dúvida, o de seguir o senso comum e considerar que sociedades produtoras de metais preciosos encontram-se inundadas do mesmo. Na América espanhola, a existência de uma grande produção de metais preciosos convivia com uma baixa oferta de moedas⁵⁴. O mesmo ocorria nas áreas mineradoras da América portuguesa. A esse respeito, vejamos o caso de Minas. Embora tal análise fuja aparentemente do nosso objeto (a capitania fluminense), ela é de fato necessária para que compreendamos como se dava a circulação da moeda.

Para o nosso período, há um documento muito interessante, citado por Júnia Furtado, sobre uma tentativa da Coroa de impedir o seqüestro das fábricas empregadas na mineração. Segundo este, *“o estilo observado nestas minas, depois que elas se descobriram até o presente, foi sempre o comprar-se tudo fiado (...) e não há coisa nenhuma que se compre que seja com pagamento a vista, senão fiada”*. Logo, a proteção aos mineiros (no sentido de mineradores) os levaria a não pagar suas dívidas e, em conseqüência, *“todos os credores ficarão perdidos, e por conseqüência, todos os homens de negócio do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Lisboa, de quem são as fazendas que nestas minas se fiam”*⁵⁵.

Ainda mais esclarecedor é uma carta do Conde de Assumar, que no seu conhecido estilo barroco relata os problemas causados pela cobrança de dívidas. Segundo ele, a mineração não é suficiente para o pagamento das dívidas, pois

*“importando estas [as minerações] um grosso cabedal, pelo abuso introduzido de se comprar tudo fiado, apenas se tira da terra uma oitava quando já tem mil aplicações, o que tem causado uma tal confusão que parece caminha (sic) aquela província à sua última ruína, pois apenas se achará nela morador por mais miserável ou opulento que seja que não participe da miséria presente (...)”*⁵⁶.

Tal documentação aponta para o fato de que, ao contrário do que se imagina (e se afirma) havia de fato uma grande carência de numerário em Minas, causada pelo endividamento dos mineradores com os comerciantes. Mais ainda, mostra que há uma drenagem constante do nobre

⁵⁴ ROMANO, R. *op. cit.*, p. 243-244.

⁵⁵ Transcrição da segunda parte do códice 23 da Seção Colonial. *Apud* FURTADO, Júnia. “Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas”. São Paulo, USP, 1996 (Tese de Doutorado), p. 138-139.

⁵⁶ IHGB. Arq. 1,1,21, p. 33.

metal amarelo para outras capitanias, às quais Minas encontra-se comercialmente subordinada. Entre estas capitanias, o Rio de Janeiro vai adquirir preeminência crescente ao longo da primeira metade do setecentos⁵⁷. Assim, é o endividamento generalizado das áreas mineradoras que explica as “torrentes de ouro”.

Essa carência de numerário evidencia-se na análise dos inventários de Minas, embora aí as lacunas ainda sejam grandes. Mesmo assim, Carla Almeida encontrou uma presença percentualmente insignificante de dinheiro e metais preciosos nos inventários das comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica para o período 1750-1822. A maior participação do dinheiro no valor total dos inventários (4,37%) foi na comarca de Vila Rica, no período 1780-1822. Já os metais preciosos tiveram sua maior participação (2,05% do total) na mesma comarca, no período 1750-1779. Embora, como bem afirma a autora, não se possa excluir um certo grau de omissão desse tipo de bem nos inventários, os percentuais encontrados não deixam dúvida acerca da escassez de numerário⁵⁸.

Quadro semelhante encontra-se em Mariana na primeira metade do setecentos. Para todo o período, Daniele Lima encontrou um percentual de míseros 0,09% de participação do dinheiro no valor de toda a fortuna inventariada. Dividindo os inventários analisados por sub-períodos, vemos que a maior participação da moeda nos inventários marianenses foi em 1735/1740, quando alcançou meros 0,82%. Curiosamente, nesse mesmo sub-período as dívidas ativas constituíam 13,14% das fortunas totais, enquanto as dívidas passivas equivaliam a 24,35% desse mesmo total⁵⁹.

Esses dados nos permitem duas conclusões de grande importância. Em primeiro lugar, a diferença entre as dívidas passivas e ativas mostra que, no seu conjunto, essa sociedade é devedora líquida, ou seja, seus membros devem mais do que devem a eles. Essa conta só fecha se considerarmos que parte dos credores desta sociedade estão fora dela, ou seja, em outras capitanias e mesmo no reino.

Em segundo lugar, a participação expressiva tanto das dívidas ativas quanto das passivas nos inventários mostra que o endividamento generalizado era ao mesmo tempo causa e consequência da escassez de moedas. Se acompanharmos a pista dada tanto pelo documento citado por Furtado quanto o Conde de Assumar, veremos que o endividamento de fato precedeu a própria mineração e gerou, portanto, a própria escassez de moedas. A qual, por sua vez, obrigava os moradores de Minas a continuarem se endividando...

⁵⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “*Na curva do tempo...*”, cap. 3.

⁵⁸ ALMEIDA, Carla M. C. *op. cit.*, p. 172-173.

⁵⁹ LIMA, Daniele Mônica. “A produção social da desigualdade: hierarquização social e estratégias de classe na formação da sociedade mineira (Mariana, 1701-1750).” Mariana: UFOP, 2003 (Monografia de bacharelado), p. 22.

Em relação à capitania fluminense é preciso ressaltar que a entrada constante na mesma de ouro não beneficiava o conjunto de sua população, mas essencialmente os mercadores, e dentre estes a elite mercantil, ou seja, os homens de negócio.

Para esta análise, faltam-nos os inventários do período, praticamente inexistentes. Entretanto, encontraremos boas pistas sobre o controle do numerário pelos homens de negócio na sua participação no mercado de crédito carioca. Se tomarmos a primeira metade do século XVIII em seu conjunto, veremos que tais negociantes aparecem como credores em nada menos que 43% dos empréstimos (em valor)⁶⁰. Se do total excluirmos os empréstimos concedidos por instituições como a Santa Casa da Misericórdia e o Juízo de órfãos, veremos que esse percentual sobe para 50,2%. Além disso, os homens de negócio formam o único grupo de credores líquidos da praça carioca, ou seja, que emprestam mais do que tomam dinheiro emprestado⁶¹. São portanto eles que controlam a liquidez da economia fluminense, estando em condição de arbitrar que grupos, e em que condições, teriam acesso ao crédito, o verdadeiro “sangue” do sistema colonial.

Conclusão

No atual estágio de nossa pesquisa, qualquer conclusão se torna necessariamente provisória. Mesmo assim, certos aspectos do que foi aqui apresentado saltam aos olhos de qualquer observador mais atento, e merecem sem dúvida serem referidos.

O primeiro aspecto a ser lembrado é o caráter restrito da circulação monetária. Em qualquer momento do período colonial, poucos foram os que tiveram acesso à moeda propriamente dita, ainda que muitos conseguissem substituí-la por meios de pagamento alternativos. Número ainda muito menor de indivíduos conseguia retê-la em suas mãos e, conseqüentemente, controlar a liquidez colonial. Os que logravam fazê-lo eram invariavelmente membros da elite mercantil. Neste sentido, a América portuguesa repete a experiência de sua congênere espanhola⁶².

A segunda conclusão, derivada da primeira, é que a circulação monetária encontra-se diretamente vinculada à circulação mercantil. Ou seja, aqueles que controlam o fluxo mercantil controlam igualmente o fluxo monetário. Isso se deve à inexistência, nessas sociedades, de um setor financeiro razoavelmente autônomo do setor mercantil.

Por fim, o controle da circulação monetária por parte da elite mercantil não se revertia em lucro para esta somente através da possibilidade de realizar empréstimos para terceiros. Mais do que isso, tal controle permitia-lhe também ganhos consideráveis na relação com o restante da sociedade,

⁶⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *O mercado carioca...*, p. 32-34.

⁶¹ *Idem, Ibidem*, p. 44.

sobretudo pela capacidade que isso representava de ditar os termos de troca da moeda pelos produtos coloniais.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

- **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- Arq. 1, 1, 21. Cópias de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (1721-1725).

- Arq. 1, 1, 22. Cópias de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (1678-1695).

- **Arquivo Nacional**

- Livros de escrituras públicas do 1º Ofício de Notas (1650-1750).

- Livros de escrituras públicas do 2º Ofício de Notas (1711-1750).

- Códice 952. Cartas régias, Avisos, Alvarás, etc. dirigidos aos governadores do Rio de Janeiro, volumes 1 a 31 (1662-1750).

Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos

- Ms. 7, 1, 28 n° 32. Ofício do Conde de Óbidos a Pedro Mello (1664).

- Ms. 7, 1, 28 n° 260. Ofício de Afonso Furtado de Castro de Mendonça ao Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro (1673).

- **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

- Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino catalogados por Eduardo de Castro e Almeida: 315, 1427, 3.099, 9.746 e 14.663.

⁶² ROMANO, R. *op. cit.* Ver também: BRADING, David. *Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)*. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1991, 3ª. ed.

Bibliografia

1. ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. “Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822”. Niterói: UFF, 2001 (Tese de doutorado).
2. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português”. Campinas: Unicamp, 2000 (Tese de doutorado).
3. BARRETO, Daniela Santos. A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690 - c.1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de mestrado).
4. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo, Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
5. BRADING, David. *Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)*. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1991, 3ª. ed.
6. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
7. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século dezessete*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
8. CURTO, José C. “Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703.” In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, pp. 69-98.
9. FLORY, Rae Jean Dell. “Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725.” Austin, University of Texas, 1978 (Tese de doutorado).
10. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
11. _____. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993
12. FURTADO, Júnia. “Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas”. São Paulo, USP, 1996 (Tese de Doutorado).
13. GODOY, Silvana. “Itu e Araritaguara na rota das monções (1718 a 1838) “. Campinas: Unicamp, 2002 (Dissertação de mestrado).
14. Hamaister, Martha D. “O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes, c.1727 – c.1763”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de mestrado).

15. HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco, 1668-1703*. Lisboa, Dom Quixote, 1986.
16. LIMA, Daniele Mônica. “A produção social da desigualdade: hierarquização social e estratégias de classe na formação da sociedade mineira (Mariana, 1701-1750).” Mariana: UFOP, 2003 (Monografia de bacharelado).
17. LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Seignet-Plancher, 1834, 7 vols.
18. MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988.
19. OSÓRIO, Helen. “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.” Niterói, UFF, 1999 (Tese de doutorado).
20. ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976 (edição original de 1730).
21. ROMANO, Ruggiero. “Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial”. in: BONILLA, Heraclio (Ed.) *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 239-280.
22. SALVADOR, José G. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978.
23. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Na curva do tempo, na encruzilhada do império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c.1650 – c. 1750).” Niterói: UFF, 2000 (Tese de doutorado).
24. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)*. in: *Estudos Históricos*, nº 29. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002, p. 29-49.
25. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500 – 1820*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
26. VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na História (1450 – 1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.